JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.07.12 06:28:45 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 12 de julho de 2023 • Nº 1599 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

SERVIÇO PARALISADO

Petrobras leva calote de refinaria privatizada

A Petrobras suspendeu a prestação de serviços de suporte à Paraná Xisto, na segunda-feira passada. Segundo a FUP (Federação Única dos Petroleiros), a paralisação ocorreu porque a empresa deixou de fazer os pagamentos devidos. Em novembro de 2022, na reta final da Presidência de Jair Bolsonaro (PL), a empresa Forbes Resources Brazil (F&M Brazil) comprou a SIX (Unidade de Industrialização do Xisto), uma unidade da Petrobras em São Mateus do Sul, no Paraná. A operação de venda foi concluída com o pagamento de US$ 41,6 milhões (R$ 201 milhões na cotação atual) para a estatal. Além disso, a Petrobras receberia valores extras para operar as instalações durante o período de transição, que poderia durar até 15 meses. A empresa Paraná Xisto foi criada pela F&M para administrar a SIX. Em nota à reportagem, a estatal confirmou a suspensão. "O não cumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa compradora resultou no acionamento pela Petrobras da cláusula de suspensão dos serviços. A medida adotada está prevista no TSA celebrado com a Forbes Resources Brazil Holding S.A., adquirente da Paraná Xisto, e assinado em novembro de 2022." "A prestação de serviços pela Petrobras seguirá suspensa até que se chegue a uma solução de comum acordo, com base nas tratativas que seguirão entre as partes. PÁGINA 2

IBGE

Preços caem e IPCA tem maior deflação para junho desde 2017

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) teve deflação (queda) de 0,08% em junho, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É a menor variação para o mês desde 2017. Naquele ano, a queda havia sido mais intensa em junho (-0,23%). Considerando diferentes meses, o recuo de 0,08% marca a primeira deflação do IPCA em nove meses. A última havia sido em setembro de 2022 (-0,29%), em meio aos cortes de impostos às vésperas das eleições. O resultado de junho ficou próximo da mediana das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam recuo de 0,1%, após o avanço de 0,23% registrado em maio. Com o novo resultado, a alta acumulada pelo IPCA nos últimos 12 meses desacelerou para 3,16%, segundo o IBGE. PÁGINA 2

GOLPISTAS DE FARDA

LULA MARQUES/ABRASIL

Cid foi visitado na prisão por general Arruda demitido por Lula

O tenente-coronel Mauro Cid (**foto**), principal ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, recebeu a visita de ao menos 73 pessoas desde que foi preso, em maio. A lista foi obtida pela CPI do 8 de janeiro, onde o militar prestou depoimento ontem. Um dos visitantes foi o coronel do Exército Jean Lawand Júnior, principal interlocutor de Cid nas mensagens destacadas pela Polícia Federal após a vitória de Lula (PT). Lawand insistentemente pede ao então ajudante de ordens para orientar Bolsonaro a dar um golpe contra a democracia. A lista obtida pela CPI também indica que Cid foi visitado pelo general Júlio César de Arruda. Ele foi demitido do comando do Exército por Lula em janeiro, menos de um mês depois de chegar ao cargo. O documento não detalha a data das visitas. Cid também foi visitado pelos ex-ministros do governo Bolsonaro Eduardo Pazuello --hoje deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro-- e Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência do governo Bolsonaro. PÁGINA 3

RIO

Bilhete único beneficiará só quem ganha até R$ 3,2 mil

PÁGINA 4

UCRÂNIA

Sem convite para entrar na Otan, Zelenski fica 'irritado'

PÁGINA 4

Presidente da CPMI denunciará Mauro Cid ao STF

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), afirmou que apresentará ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma denúncia contra o tenente-coronel Mauro Cid. O motivo foi o militar, ex-ajudante de ordens do então presidente da República Jair Bolsonaro, não ter respondido qualquer pergunta que lhe foi feita durante sua participação na CPMI, ontem. A conduta de Cid foi classificada por Maia como "desrespeitosa com o Supremo Tribunal Federal" após a deputada Jandira Feghalli (PcdoB-RJ) ter perguntado ao militar qual era a sua idade e ele, afirmando estar seguido a orientação de sua equipe técnica, dizer que permaneceria em silêncio. Em seguida, Jandira afirmou que a pergunta foi propositalmente simples para mostrar a indisposição do tenente-coronel em responder qualquer questão que lhe fosse apresentada. O presidente da CPMI, então, concordou com a deputada. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: -0,61% / 117.219,95 / -722,49 / Volume: R$ 27.481.226.378 / Negócios: 3.883.007

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	53.53	+4.41	+2.26
VALE ON NM	66.58	+3.29	+2.12
HAPVIDA ON NM	4.45	+3.01	+0.13
PETRORIO ON NM	40.70	+3.06	+1.21
BRADESPAR PN N1	22.31	+2.11	+0.46

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
GOL PN N2	11.05	–5.88	–0.69
MINERVA ON NM	9.78	–3.93	–0.40
MELIUZ ON NM	7.460	–3.37	–0.260
AZUL PN N2	19.40	–2.61	–0.52
CVC BRASIL ON NM	3.25	–2.99	–0.10

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
ENERGIAS BR ON NM	23.73		
VALE ON NM	66.58	+3.29	+2.12
PETROBRAS PN N2	29.15	–1.35	–0.40
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	28.44	–1.76	–0.51
BRASIL ON NM	48.34	–1.43	–0.70

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.261,42	+0,93
NASDAQ Composite	13.760,698	+0,55
Euro STOXX 50	4.286,51	+0,74
CAC 40	7.220,01	+1,07
FTSE 100	7.282,52	+0,12
DAX 30	15.790,34	+0,75

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (21/06)	13,75%
Poupança 3 (11/7)	0,66%
TR (prefixada) (07/2023)	0,1581%
IGP-M	-1,93% (jun.)
IPCA 5	-0,09% (jun.)
CDI 0,36	até o dia 11/jul.
OURO BM&F/grama	R$ 300,00
EURO Comercial	Compra: 5,3490 Venda: 5,3496
EURO turismo	Compra: 5,3941 Venda: 5,5741
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,8943 Venda: 4,8949
DÓLAR comercial	Compra: 4,8599 Venda: 4,8605
DÓLAR turismo	Compra: 4,8711 Venda: 5,0511

Economia

MERCADOS

Bovespa fecha com queda de 0,61%; dólar tem recuo de 0,43%

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou queda ontem mesmo após a divulgação de que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) teve deflação de 0,08% em junho.

Já o dólar começou o dia em alta ante o real, mas passou a registrar queda durante a tarde com a expectativa de que dados de inflação nos EUA possam justificar um fim mais rápido dos aumentos da taxa de juros pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano).

Com isso, o Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,61%, a 117.219 pontos, enquanto o dólar encerrou o dia com desvalorização de 0,43%, cotado a R$ 4,861.

Os mercados futuros, aliás, registravam alta após a divulgação do IPCA de junho. Os contratos de juros com vencimento em 2024 foram de 12,81% para 12,84%, enquanto os para 2025 subiram de 10,75% para 10,76%.

As curvas mais longas, porém, tiveram queda ontem: os juros para 2026 saíram de 10,12% para 10,09%, e os para 2027 caíram de 10,15% para 10,11%.

Com isso, a Bolsa brasileira encerrou o dia no negativo puxada por quedas de Petrobras (1,35%), Itaú (1,76%) e Banco do Brasil (1,36%), que ficaram entre as mais negociadas.

A boa performance da Vale, que subiu 3,38%, atenuou as perdas do Ibovespa, assim como altas de IRB Brasil (4,41%) e PetroRio (3,06%). As três registraram os maiores ganhos da sessão.

Em Nova York, o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq subiram 0,93%, 0,67% e 0,55%, respectivamente.

DÓLAR

No câmbio, o dólar foi beneficiado pelos dados de inflação no Brasil no início do dia, já que, apesar da dúvida sobre a magnitude do corte, a redução da Selic na próxima reunião do Copom já é dada como certa pelo mercado.

IBGE

IPCA tem maior deflação para junho desde 2017

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) teve deflação (queda) de 0,08% em junho, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É a menor variação para o mês desde 2017. Naquele ano, a queda havia sido mais intensa em junho (-0,23%).

Considerando diferentes meses, o recuo de 0,08% marca a primeira deflação do IPCA em nove meses. A última havia sido em setembro de 2022 (-0,29%), em meio aos cortes de impostos às vésperas das eleições.

O resultado de junho ficou próximo da mediana das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam recuo de 0,1%, após o avanço de 0,23% registrado em maio.

Com o novo resultado, a alta acumulada pelo IPCA nos últimos 12 meses desacelerou para 3,16%, segundo o IBGE. A variação estava em 3,94% na divulgação anterior.

O IPCA é o índice oficial de inflação do Brasil, servindo de referência para o regime de metas do BC (Banco Central).

Em 2023, o centro da meta de inflação perseguida pela autoridade monetária é de 3,25%. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%).

Com a trégua do IPCA, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aliados vêm pressionando o BC por uma redução na taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

O Copom (Comitê de Política Monetária do BC) volta a se reunir nos dias 1º e 2 de agosto para definir o patamar da Selic. Antes da divulgação do IPCA de junho, analistas do mercado financeiro já projetavam o início dos cortes da taxa básica em agosto.

A Selic de dois dígitos tem sido a estratégia do BC para conter os preços e ancorar as expectativas de inflação. O efeito colateral esperado é a perda de fôlego da atividade econômica, porque o custo do crédito fica mais alto para os investimentos das empresas e o consumo das famílias. Esse cenário preocupa Lula e aliados.

Na mediana, analistas do mercado financeiro projetam IPCA de 4,95% no acumulado até dezembro deste ano, conforme a edição mais recente do boletim Focus, divulgada na segunda-feira pelo BC.

Isso quer dizer que, por ora, as estimativas indicam IPCA acima do teto da meta em 2023 (4,75%). A diferença entre as projeções e o limite da medida de referência, contudo, vem ficando menor nas últimas semanas.

As previsões para a inflação têm sido revisadas para baixo em meio ao cenário de perda de força dos preços no atacado.

Em julho, o IPCA deve ser pressionado pelo retorno da cobrança integral de tributos federais sobre combustíveis. Na semana passada, o litro da gasolina teve alta de 5,8% nos postos brasileiros, segundo pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

O impacto das deflações registradas no segundo semestre de 2022 também deve sair da base de cálculo do IPCA no acumulado de 12 meses até o final de 2023. Isso deve contribuir para uma variação maior até dezembro do que a atual, de acordo com analistas.

Às vésperas das eleições do ano passado, os preços de produtos e serviços como gasolina e energia foram reduzidos de maneira artificial pelo corte de tributos promovido pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

SIX

Petrobras suspende serviço em refinaria privatizada após calote

A Petrobras suspendeu a prestação de serviços de suporte à Paraná Xisto, na segunda-feira passada. Segundo a FUP (Federação Única dos Petroleiros), a paralisação ocorreu porque a empresa deixou de fazer os pagamentos devidos.

Em novembro de 2022, na reta final da Presidência de Jair Bolsonaro (PL), a empresa Forbes Resources Brazil (F&M Brazil) comprou a SIX (Unidade de Industrialização do Xisto), uma unidade da Petrobras em São Mateus do Sul, no Paraná.

A operação de venda foi concluída com o pagamento de US$ 41,6 milhões (R$ 201 milhões na cotação atual) para a estatal. Além disso, a Petrobras receberia valores extras para operar as instalações durante o período de transição, que poderia durar até 15 meses. A empresa Paraná Xisto foi criada pela F&M para administrar a SIX.

Em nota à reportagem, a estatal confirmou a suspensão. "O não cumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa compradora resultou no acionamento pela Petrobras da cláusula de suspensão dos serviços. A medida adotada está prevista no TSA celebrado com a Forbes Resources Brazil Holding S.A., adquirente da Paraná Xisto, e assinado em novembro de 2022."

"A prestação de serviços pela Petrobras seguirá suspensa até que se chegue a uma solução de comum acordo, com base nas tratativas que seguirão entre as partes. A Petrobras continuará adotando todas as medidas sob sua responsabilidade para garantir a máxima segurança das pessoas e das instalações nas quais atua em São Mateus do Sul", prossegue o comunicado.

A suspensão não afetará os salários dos funcionários da Petrobras que atuavam na Paraná Xisto, segundo a estatal informou a sindicalistas. Questionada, a Petrobras não quis comentar sobre quais obrigações não foram cumpridas.

Os custos totais do apoio à transição são estimados em R$ 137 milhões, segundo trecho do contrato revelado pelo jornalista Leandro Demori, na newsletter A Grande Guerra. O valor, no entanto, era uma estimativa e poderia sofrer alterações de acordo com vários condicionantes.

"Temos notícia que, desde o início do contrato, a compradora não vem realizando os pagamentos", disse Alexandro Guilherme Jorge, presidente do Sindipetro PR e SC. Ele disse não ter certeza sobre quais são os valores devidos.

Assim, avalia o sindicalista, a unidade deve ficar paralisada até que haja um acordo. Ele comenta que caso a empresa siga inadimplente, a Petrobras poderia executar a dívida retomando as instalações, o que funcionaria como uma reestatização.

A FUP e outras entidades de petroleiros questionam a venda da SIX, por considerar o valor do negócio baixo e tentam reverter a privatização na Justiça. "Ela foi vendida pelo valor do lucro líquido que gerou no ano anterior (2021). Isso gera grandes dúvidas de que foi um processo viciado, mas a investigação cabe aos órgãos com poder de polícia", questiona Jorge.

A SIX tem capacidade de produzir 5.880 toneladas por dia de produtos como óleo combustível, GLP e nafta, segundo o site da Petrobras. O local também tem um centro de pesquisa em refino. A Petrobras criou ali uma tecnologia de refino de xisto, uma rocha sedimentar que pode ser convertida em óleo e gás.

RECUO

Governo fecha acordo no Senado sobre decreto do saneamento

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fechou acordo com líderes do Senado em torno de um novo decreto do saneamento e, com isso, evitou derrota maior.

A decisão foi anunciada pelo ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), após reunião na residência oficial do Senado, com o presidente da casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e lideranças do governo e de oposição.

Com isso, o governo evitou que entrasse na pauta do Senado ontem a votação do PDL (Projeto de Decreto Legislativo) que, se aprovado, derrubaria mudanças elaboradas pelo Executivo em abril no Marco do Saneamento —que recebeu aval dos parlamentares em 2020.

O acordo com o Senado prevê que o governo federal revogue os decretos e edite um novo ainda nesta semana, sem os pontos que desagradaram ao Congresso. Com isso, o tema sai da pauta do Senado.

"O governo no diálogo com senadores, com parlamentares, vai corrigir o que foi apontado por parlamentares e vai revogar pontos questionados e editar novo com o que tem consenso", disse Padilha. "Se o Congresso quiser apresentar PL, é iniciativa do Congresso", acrescentou.

Questionado se a Câmara concordava com o acordo feito com o Senado, Padilha disse que deverá conversar com os deputados autores dos PDLs até esta quarta (12) e que mantém diálogo sobre o assunto com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A proposta de novo decreto retira a brecha que dispensa licitação para empresas estatais de saneamento, como antecipou a Folha de S.Paulo. Esse era um dos pontos mais polêmicos dos atos publicados pelo presidente Lula (PT) e que foram questionados pelo Congresso.

PESQUISA

Ganho real da poupança ultrapassa 5% pela primeira vez desde 2017

Na esteira do alívio na pressão inflacionária, a poupança rendeu 5,22% acima da inflação em um período de 12 meses encerrado em junho de 2023, de acordo com o monitoramento feito por Einar Rivero, da plataforma TradeMap. Esta foi a primeira vez que o ganho real, ou seja, o rendimento acima da inflação, ultrapassou o patamar de 5% desde agosto de 2017.

Os resultados já são positivos desde setembro do ano passado e vêm crescendo desde então. Em maio, quando o rendimento real era de 4,4%, o indicador alcançou o maior retorno desde outubro de 2017.

O retorno real da poupança ficou negativo no período entre setembro de 2020 e agosto de 2022, em um cenário de alta nos preços —estimulado, entre outros fatores, pelos estímulos fiscais concedidos pelo governo Bolsonaro.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou, ontem, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que registrou deflação de 0,08% em junho. Esta é a primeira queda do indicador desde setembro de 2022, quando houve variação negativa de 0,29%. Na ocasião, a economia vivia os reflexos dos cortes de tributos promovidos pelo governo Bolsonaro às vésperas das eleições.

Apesar do recuo na inflação e do aumento no ganho real da poupança, especialistas dizem que a caderneta não é a melhor opção para fazer o dinheiro render. Segundo eles, o CDB e investimentos atrelados ao CDI, por exemplo, são alternativas mais vantajosas. A remuneração da poupança é de 0,5% ao mês sempre que a Selic estiver acima de 8,5% ao ano, mais a TR (Taxa Referencial) —hoje, a taxa básica de juros está mantida em 13,75%. Já quando a Selic é de até 8,5%, o rendimento da poupança equivale a 70% da Selic mais a TR.

Nota

EDUARDO BRAGA RELATARÁ REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO, QUE DEVE SER VOTADA EM DOIS MESES

O Senado Federal deve apreciar o projeto que altera a lei do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) ainda em agosto e a Reforma Tributária deve ficar para o meio do segundo semestre, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Para a mudança nas regras tributárias, a ideia é que o texto passe apenas pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) antes de ir para o plenário da Casa. Nos dois casos, o relator será o senador Eduardo Braga (MDB-AM). "O que eu estimo é que possamos fazê-lo ao longo de dois meses e no meio do segundo semestre apreciar no Senado. Intuito é de promulgar reforma tributária ainda esse ano, essa é nossa expectativa", disse Pacheco. O presidente do Senado se reuniu no fim da manhã de ontem com os ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), do Planejamento, Simone Tebet (MDB) e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), para discutir a pauta econômica no Congresso Nacional. A intenção do Senado, prosseguiu Pacheco, é de não fatiar a reforma tributária e de fazer ajustes no texto recebido da Câmara dos Deputados. "Concordamos com mérito dele, ajuste podem ser feitos, mas temos senso de urgência, de importância e relevância e o Senado cuidará de aprová-la nos próximos meses", ponderou. Já o projeto do Carf é mais urgente porque o governo federal precisa que ele seja aprovado para contar com seus impactos no projeto do orçamento de 2024. A meta do Ministério da Fazenda é zerar o déficit primário no próximo ano. "O Carf estamos confiantes que será apreciada ainda em agosto", avaliou Haddad.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 29º Tarde 17º Noite 5% 06:49 17:35 **INVERNO:** Sol com algumas nuvens. Não chove.

GOLPISTAS DE FARDA

Cid foi visitado na prisão por general demitido por Lula

O tenente-coronel Mauro Cid, principal ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), recebeu a visita de ao menos 73 pessoas desde que foi preso, em maio. A lista foi obtida pela CPI do 8 de janeiro, onde o militar prestou depoimento ontem.

Um dos visitantes foi o coronel do Exército Jean Lawand Júnior, principal interlocutor de Cid nas mensagens destacadas pela Polícia Federal após a vitória de Lula (PT).

Lawand insistentemente pede ao então ajudante de ordens para orientar Bolsonaro a dar um golpe contra a democracia: "Convença o 01 a salvar esse país!", escreveu. Durante depoimento à CPI, no mês passado, o coronel disse que pedia a Cid uma palavra "apaziguadora" do ex-presidente.

A lista obtida pela CPI também indica que Cid foi visitado pelo general Júlio César de Arruda. Ele foi demitido do comando do Exército por Lula em janeiro, menos de um mês depois de chegar ao cargo. O documento não detalha a data das visitas.

Cid também foi visitado pelos ex-ministros do governo Bolsonaro Eduardo Pazuello --hoje deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro-- e Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência. A visita dos dois foi questionada pela relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), durante a sessão desta terça.

"Senhor Mauro Cid, eu tive acesso à lista de visitantes que o senhor, na verdade, tem recebido. Agora, ultimamente, o senhor está recebendo mais familiares. Eu pergunto ao senhor: por que o Eduardo Pazuello foi visitá-lo?", perguntou a senadora.

"Senadora, novamente eu reitero minhas manifestações iniciais dentro do escopo das investigações a que eu sou submetido. Então, em razão do habeas corpus e do assessoramento da minha defesa técnica, vou permanecer em silêncio", respondeu Cid..

O militar foi preso de forma preventiva no âmbito da investigação em torno da falsificação do cartão de vacinação dele, da esposa, da filha mais nova de Bolsonaro e do próprio ex-presidente. Ele está detido no Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

A lista também indica a visita de familiares, como a esposa, Gabriela Cid, e o pai, general Mauro Cid. O documento aponta que Cid também foi visitado pelo general Ridauto Lúcio Fernandes, ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde. Braço direito de Pazuello na pasta, Ridauto participou do ato golpista de 8 de janeiro.

Cid, ajudante de 'falcatruas' de Bolsonaro, se cala em depoimento na CPMI do Golpe

Principal ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o tenente-coronel Mauro Cid chegou fardado à CPI do 8 de janeiro para prestar depoimento ontem e afirmou, no começo da sessão, que usaria seu direito de ficar em silêncio diante das perguntas dos congressistas.

Cid citou ser investigado em ao menos oito investigações criminais e disse que foi orientado pela defesa a usar seu habeas corpus. A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármen Lúcia entendeu que ele deveria ir à sessão, mas poderia ficar em silêncio para não produzir provas contra si mesmo.

A expectativa entre integrantes das Forças Armadas e do Ministério da Defesa era de que Cid não fosse à comissão com a farda. Apesar de ser tenente-coronel da ativa, a avaliação é de que ir com o traje oficial pode levar a caserna ainda mais para a crise do golpismo.

Apesar disso, não são poucos os colegas de carreira que prestam solidariedade a ele e se unem nas críticas aos métodos do ministro do STF Alexandre de Moraes.

Cid está preso desde maio pelas suspeitas em torno da falsificação do cartão de vacinação dele, da esposa, da filha mais nova de Bolsonaro e do próprio ex-presidente.

Mesmo tendo sido convocado para falar sobre o conteúdo golpista de mensagens trocadas após a vitória de Lula —sobretudo com o coronel do Exército Jean Lawand Júnior, que prestou depoimento no mês passado—, Cid poderia ser alvo de questionamentos que vão desde as joias trazidas da Arábia Saudita até as compras da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

O próprio ex-ajudante de ordens listou à CPI as investigações da qual é alvo, além da suspeita de ter fraudado documentos oficiais para demonstrar que ele e Bolsonaro teriam tomado a vacina contra a Covid-19.

Cid citou os inquéritos pelos ataques de 8 de janeiro e pelas joias presenteadas pela Arábia Saudita —o militar chegou a enviar um integrante da ajudância de ordens para o aeroporto de Guarulhos em busca dos presentes apreendidos pela Receita Federal em 2021.

Ele também é investigado por pagamentos do ex-presidente e da ex-primeira dama, vazamento de inquérito sigiloso, divulgação de fake news, envolvimento com milícias digitais e envolvimento em atos antidemocráticos em 2019.

Presidente da CPMI denunciará Mauro Cid ao STF

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), afirmou que apresentará ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma denúncia contra o tenente-coronel Mauro Cid. O motivo foi o militar, ex-ajudante de ordens do então presidente da República Jair Bolsonaro, não ter respondido qualquer pergunta que lhe foi feita durante sua participação na CPMI, ontem.

A conduta de Cid foi classificada por Maia como "desrespeitosa com o Supremo Tribunal Federal" após a deputada Jandira Feghalli (PcdoB-RJ) ter perguntado ao militar qual era a sua idade e ele, afirmando estar seguido a orientação de sua equipe técnica, dizer que permaneceria em silêncio. Em seguida, Jandira afirmou que a pergunta foi propositalmente simples para mostrar a indisposição do tenente-coronel em responder qualquer questão que lhe fosse apresentada.

O presidente da CPMI, então, concordou com a deputada. "Inclusive, chamei o patrono do tenente-coronel Mauro Cid para dizer a ele que ele estava fazendo com que seu cliente descumprisse uma ordem do Supremo Tribunal Federal. E isso, infelizmente, acarretará a necessidade de nós, que não precisávamos fazer isso, fazer uma denúncia, mais uma, contra o senhor Mauro Cid ao Supremo Tribunal Federal".

CONGRESSO

Deputado do MT que vai à CPMI só para provocar tumulto é acusado de transfobia

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os ataques golpistas do dia 8 de janeiro, deputado Arthur Maia (União Brasil - BA), determinou à Polícia Legislativa que apure a acusação de que o deputado federal Abílio Brunini (PL-MT) foi transfóbico durante o depoimento do ex-ajudante de ordens do então presidente da República Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid.

Segundo o senador Rogério Carvalho (PT-SE), Brunini proferiu comentários transfóbicos no instante em que a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) começava a questionar Mauro Cid, que está prestou depoimento por suspeita de participar de uma conspiração para reverter o resultado eleitoral do ano passado, inclusive com planos de uma intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A deputada Erika Hilton é uma mulher trans.

"O senhor Abílio foi homofóbico", acusou Carvalho, que, durante o depoimento, está sentado na fileira de cadeiras à frente de Brunini. "Ele fez uma fala homofóbica quando a companheira (Hilton) estava se manifestando, acusando-a de estar oferecendo serviços. Isso é homofobia e um desrespeito", acrescentou o senador, pedindo ao presidente da comissão que determinasse que o deputado federal se retirasse do recinto.

Ao menos outros dois parlamentares, incluindo a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), afirmaram ter ouvido Brunini se referir à intervenção de Erika Hilton em tom jocoso, mas diante da negativa do deputado, o presidente da comissão decidiu acatar a sugestão do senador Rogério Carvalho e determinar que a Polícia Legislativa tente esclarecer os fatos.

PARTIDOS

Câmara marca instalação da PEC da Anistia, com deputado do PL na relatoria

A Câmara dos Deputados convocou para hoje sessão para a instalação da comissão especial que irá debater a PEC da Anistia, que visa conceder o maior perdão da história a partidos políticos.

A proposta de emenda à Constituição já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

A comissão especial é o último passo antes da votação em plenário.

Embora o presidente do colegiado tenha que ser eleito pelos membros da comissão, já há acerto entre as principais legendas para que o deputado Diego Coronel (PSD-BA) ocupe a função. A relatoria deve ser entregue a Antonio Carlos Rodrigues (SP), do PL de Jair Bolsonaro.

Apesar de integrar o partido do ex-presidente, Rodrigues não é do grupo "bolsonarista raiz", mas sim do centrão.

Ex-ministro dos Transportes de Dilma Rousseff (PT), ele não se alinha ao discurso de oposição da ala bolsonarista do PL, tendo, inclusive, sido eleito coordenador da bancada paulista na Câmara com apoio do PT.

CENA DE GUERRA

Após ataques e saques, usuários da cracolândia são cercados por PM

Após uma série de ataques, depredações e saques ontem à tarde, usuários de drogas da cracolândia foram cercados pela GCM (Guarda Civil Metropolitana) e pela Polícia Militar na rua dos Gusmões, entre a avenida Rio Branco e a rua Santa Ifigênia, na região central de São Paulo.

A cena de guerra, com policiais e guardas munidos com armas longas e escudos, chamava a atenção de comerciantes e clientes de um dos maiores polos de comércio de rua da cidade. Alguns comércios funcionavam com meia porta.

Segundo um comerciante da rua Santa Ifigênia, era a quarta vez no dia que precisou fechar. O temor era de invasão e consequente prejuízo com produtos furtados ou danificados pelos usuários de droga.

A PM desfez o cerco da avenida Rio Branco por volta das 15h50. Os usuários passaram a caminhar em direção ao bairro de Campos Elíseos. Cinco minutos depois, a GCM desfez seu cerco.

A confusão começou no início da tarde desta terça, quando usuários de drogas depredaram uma viatura da Polícia Militar na praça Júlio de Mesquita. Em seguida, o ônibus foi apedrejado e um caminhão de bebidas, saqueado.

Houve confronto entre usuários e policiais na altura da rua General Osório esquina com a avenida Rio Branco. Usuários confrontaram os policiais, que reagiram com bombas de efeito moral.

Um grupo de dependentes químicos atacou ao menos seis ônibus, segundo a SPTrans, que gere o transporte coletivo municipal. Vídeos gravados por moradores mostram o momento em que o grupo cerca um dos coletivos e arremessa objetos para quebrar os vidros.

Em outra sequência, usuários correm após atacarem o caminhão de bebidas, que iria abastecer um mercado na alameda Barão de Limeira, na esquina da rua Vitória.

Vítimas dos ataques foram ao 77º DP (Santa Cecília) para prestar depoimento. Alguns relataram à Folha de S.Paulo como foi a abordagem e os prejuízos. Duas pessoas foram presas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 3ª (Terceira) Emissão da **Canal Companhia de Securitização**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente) e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores dos Titulares dos CRA ("AEI"), a ser realizada em 1ª (Primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 3 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no **dia 31 de julho de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60 e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, no que couber ("Resolução CVM 81"), sendo a AEI realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração da Condição para Desembolso I (conforme definida nas CPR-Fs) prevista no item (vi) da Cláusula 3.3. das CPR-Fs, de modo, a, concomitantemente: a. excluir a obrigação de constituição de alienação fiduciária sobre o imóvel de matrícula nº 32.727 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lucas do Rio Verde/MT ("Imóvel a ser Substituído"); e b. ainda no âmbito do item (vi) da Cláusula 3.3 das CPR-Fs, aprovar a obrigação de constituição de alienação fiduciária sobre imóvel de matrícula 9.137 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Rio Claro/MT de titularidade do Sr. Evaldo Angelo Dalmaso e da Sra. Clarice Dalmaso ("Novo Imóvel" e "Nova Alienação Fiduciária", respectivamente), em substituição à obrigação de constituição sobre matrícula referida no item (i), subitem (a), acima; (ii) tendo em vista o previsto o previsto no item (i) acima, aprovar a alteração da redação do item (vi) da Cláusula 3.3. das CPR-Fs para: *"(vi) a apresentação de comprovantes formais atestando que o Contrato de Alienação Fiduciária foi devidamente registrado, em caráter definitivo e em forma e substância aceitáveis ao Credor, a seu exclusivo critério, junto às matrículas nºs 12.261, 37.068 e 9.137, registradas, conforme aplicável, junto ao Cartório de Registro de Imóveis das Comarcas de São José do Rio Claro/MT e de Lucas do Rio Verde/MT, bem como junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio das respectivas partes do Contrato de Alienação Fiduciária;"* (iii) uma vez aprovado o item (i) acima, aprovar a assinatura pela Emissora do novo Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido nas CPR-Fs) ou aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, para constituir alienação fiduciária sobre o Novo Imóvel em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), inclusive sob condição suspensiva; (iv) uma vez aprovado o item (iii) acima, aprovar a assinatura pela Emissora e pelo Agente Fiduciário de aditamento ao Termo de Securitização para fins de incluir fator de risco em razão de o Novo Imóvel conter, nesta data, ônus de Hipoteca (R.12/9.137) de 1º grau, no âmbito do cumprimento das obrigações de Cédula de Crédito Bancário nº 40/00986-6 assinada entre o Devedor e o Banco do Brasil S.A. por, no valor de R$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), ônus este que está em vias de desconstituição conforme Carta de Baixa assinada nesse sentido pelo Banco do Brasil S.A. em 31 de maio de 2023, (v) caso aprovado os itens acima, autorização para que, após a devida constituição da Nova Alienação Fiduciária em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definida no Contrato de Alienação Fiduciária) e conclusão das demais Condições para Desembolso I, haja, na forma prevista nos Documentos da Oferta, a liberação do remanescente do Preço de Aquisição (conforme definido nas CPR-Fs) ao Devedor observando a proporcionalidade entre (i) a soma do valor de liquidação forçada do Novo Imóvel e dos demais imóveis objeto do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido nas CPR-Fs) e (ii) 120% (cento e vinte por cento) do Preço de Aquisição (deduzidos deste as eventuais despesas incorridas para a realização da AEI aqui convocada e demais despesas e valores indicados na Cláusula 3.1 desta CPR-Fs); (vi) caso aprovado os itens acima, autorizar a realização de amortização extraordinária dos CRA no montante total de até R$ 2.422.765,58 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), em até 60 (sessenta) dias da data de realização da AEI aqui convocada, mediante a utilização do saldo remanescente do Preço de Aquisição (conforme definido nas CPR-Fs) ("Amortização Extraordinária Compulsória"). A referida Amortização Extraordinária Compulsória será calculada por meio da amortização do saldo do Valor Nominal Unitário (Atualizado, conforme o caso) dos CRA, acrescido da Remuneração (conforme definido no Termo de Securitização) incorrida, sem que seja, contudo, devido qualquer prêmio adicional para tanto, inclusive aquele previsto no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo de Securitização); (vii) a concessão de um novo *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao registro das Notas de Cessão n.01 e n.02 pelo Devedor e pela Emissora em cartório de Registro de Títulos e Documentos de Lucas do Rio Verde/MT, sendo que os referidos registros passarão a não ser mais necessários, para todos os fins e efeitos, desde que (a) haja a celebração do aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária indicado no item viii abaixo; e (b) consequente registro do referido aditamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede ou domicílio das partes, nos termos previstos no referido Contrato de Cessão Fiduciária; (viii) autorizar a celebração de aditamento ao *Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*, celebrado em 03 de junho de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Cessão Fiduciária"), para (i) alterar o operacional de formalização da cessão e transferência fiduciária de novos Direitos Creditórios (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), de modo que não haverá mais a celebração de Notas de Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), mas sim de eventuais aditamentos ao Contrato de Cessão Fiduciária com o fim de alterar o respectivo Anexo III, no qual estarão relacionados todos os Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente à Emissora; e (ii) consolidar no Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária a relação vigente de Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente à Emissora; (ix) a concessão de um novo *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao envio da procuração assinada constante do Anexo IV ao Contrato de Cessão Fiduciária, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do Termo de Securitização, com prazo adicional para entrega até 21 de setembro de 2023; (x) ratificar os desembolsos de Preço de Aquisição (conforme definido nas CPR-Fs) em favor do Devedor realizados até a presenta data, nas seguintes datas e proporções, conforme autorizado na Cláusula 3.3.1 das CPR-Fs:

Data-Liberação	Matricula	Área	Valor de Mercado	Venda Forçada	Valor de Aquisição
27/10/2023	38.564	57,9	8.343.620,90	5.840.534,63	4.729.692,35
27/10/2023	38.565	134,51	19.383.355,36	13.568.348,00	10.987.711,88
22/11/2023	37.068	171,61	25.642.000,00	17.949.400,00	14.535.508,35
06/10/2023	12.261	10,4	6.616.000,00	4.632.000,00	3.751.015,34
	32.727	192,92	28.218.000,00	19.753.000,00	15.996.072,09
	Total	574,34		61.743.282,63	50.000.000,00
				123,48656526%	

(xi) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização) que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para os e-mails agentefiduciario@vortx.com.br e contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRA Vendruscolo", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5. do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de julho de 2023. **Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição

Diário do Acionista (11) 2655-1899

INVERNO: Sol com algumas nuvens. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** 30º 19º 5% 06:32 17:22

TRANSPORTE

Bilhete único no RJ vai beneficiar apenas quem ganha até R$ 3,2 mil

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça do Rio alterou as regras de benefício do Bilhete Único Intermunicipal que será válido, a partir de agora, para usuários com renda mensal até R$ 3.205,20. Antes, o valor beneficiava trabalhadores que ganhavam até R$ 7.507,49.

A decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio deverá ser cumprida imediatamente pelo governo do estado.

A medida considerou inconstitucional a Lei Estadual 8.297/19, de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que ampliou o benefício para quem ganha até R$ 7.507,49. A mudança garante que os recursos públicos que financiam o bilhete único intermunicipal sejam destinados ao grupo mais vulnerável de trabalhadores.

Inicialmente, o limite de renda valerá apenas para novos usuários, ou seja, para quem se cadastrar no benefício a partir desta quarta-feira. Para os que já usam o bilhete haverá recadastramento gradual.

A Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade e a Riocard Mais, empresa que administra o sistema de bilhetagem eletrônica, estão definindo as medidas operacionais necessárias ao cumprimento da medida judicial. Posteriormente, será divulgado o calendário de recadastramento para quem já utiliza o bilhete.

"Será necessário fazer uma nova declaração de rendimento no sistema. O cronograma será divulgado numa segunda, diz nota divulgada pela secretaria.

Até a efetivação do novo cadastro, o benefício será mantido sem alterações para os atuais usuários", informa o comunicado.

FUNCIONAMENTO

O Bilhete Único Intermunicipal é um benefício aplicado nas tarifas dos transportes públicos, tais como: barcas, metrô, trem, ônibus municipais e intermunicipais, vans legalizadas, BRT e VLT.

Possibilita a utilização de até dois tipos de transporte público, um dos quais obrigatoriamente intermunicipal, no período de três horas, pagando o valor máximo de R$ 8,55.

UCRÂNIA

Falta de convite para entrar na Otan 'perturba' Zelenski

No dia em que a Otan inicia uma de suas mais importantes cúpulas do pós-Guerra Fria, o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, disse ontem que será "um absurdo" se os líderes da aliança militar ocidental não oferecerem um cronograma para a adesão de Kiev ao time.

Com a aparente solução do veto turco à entrada da Suécia como 32º membro do grupo, a entrada da Ucrânia se coloca como principal motivo de discordância entre os países liderados pelos Estados Unidos.

Desde que a Rússia invadiu o vizinho, em fevereiro de 2022, foram Washington e seus aliados quem sustentaram o esforço de guerra de Kiev. O "casus belli", a razão cental do ataque de Vladimir Putin, era justamente a possibilidade de os ucranianos aderirem ao clube militar fundado em 1949 para se opor à Moscou soviética. Em 2008, a aliança havia deixado um convite vago no ar, e Zelenski vinha insistindo em acelerar o processo. Agora, o mesmo Putin é o problema: pelas regras existentes, se a Otan abrisse as portas a um país em guerra, entraria no conflito. E isso significa potencialmente a Terceira Guerra Mundial.

Esta é a visão de países centrais da aliança, como EUA, Alemanha e França. Membros mais radicais, como a Polônia, são contra o comedimento, e há quem sugira que eles podem enviar tropas individualmente para apoiar Kiev, o que teria consequências imprevisíveis.

"A Ucrânia merece respeito. É sem precedentes e absurdo quando um cronograma não é estipulado nem para o convite, nem para a adesão da Ucrânia", escreveu Zelenski no Twitter. Ele confirmou que irá à cúpula, em Vilnius (Lituânia), para seu encerramento hoje. "Não parece haver prontidão para convidar ou fazer da Ucrânia num membro", afirmou.

"Incerteza é fraqueza. E eu vou discutir isso abertamente na cúpula", disse. O Conselho Otan-Ucrânia será inaugurado na quarta como compensação à dificuldade da aliança, mas Zelenski, que no ano passado recebeu quase o equivalente a 60 vezes seu orçamento militar regular em armas e apoio bélico, promete fazer barulho. O secretário-geral da Otan, o norueguês Jens Stoltenberg, disse que Kiev irá receber mais ajuda e garantias de segurança. "Eu espero que os aliados irão enviar uma mensagem clara, unida e positiva sobre o caminho rumo à filiação da Ucrânia", afirmou.

S/A RÁDIO TUPI
CNPJ Nº 33.267.741/0001-92 - NIRE: 33 3 0013108-6
Rua Santa Luzia, 651, 30º andar, Centro - Rio de Janeiro
Convocação - Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária

A Diretoria da S/A Rádio Tupi, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, nos termos do artigo 13, convoca os Senhores Acionistas para as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a realizarem-se no **dia 31 de julho de 2023, às 11:00 horas**, na sede social da empresa, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Extraordinária: a)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021; **b)** destinação dos resultados dos exercícios findos; **II - Ordinária: a)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b)** destinação do resultado do exercício findo; **c)** eleição da Diretoria para o biênio 2024/2026 e fixação dos seus honorários; **d)** instalação do Conselho Fiscal, com eleição dos membros titulares e suplentes e fixação dos seus honorários; e, **e)** assuntos gerais. Rio de Janeiro - RJ, 11 de julho de 2023. **Josemar Gimenez de Resende** - Diretor-Presidente e **Joaquim Tarcísio de Paula Freitas** - Diretor Vice-Presidente Institucional.

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 20 de julho de 2023, às 9:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre **(i)** a ratificação e composição do aumento de capital da Sociedade, no valor de R$ 229.842.946,00 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais), mediante a emissão de 229.842.946 (duzentas e vinte e nove milhões, oitocentas e quarenta e duas mil, novecentas e quarenta e seis) novas quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, conforme deliberado em reunião de sócios da Sociedade realizada em 29 de maio de 2023 ("Aumento de Capital"); e **(ii)** a correspondente alteração do contrato social da Sociedade, para refletir o Aumento de Capital. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2023. **Renata Lima de Oliveira** - Diretora Geral.

omni táxi aéreo

OMNI TÁXI AÉREO S.A.

CNPJ/MF Nº 03.670.763/0001-38 NIRE Nº 33.3.0029911-4

Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais–R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.050	67.538	54.051	67.567
Contas a receber		235.169	191.920	235.169	191.920
Estoques	5	51.592	43.401	51.592	43.401
Impostos a recuperar	6	68.716	22.540	68.721	22.540
Valores a receber de partes relacionadas		84.575	49.888	84.575	49.888
Outros ativos		82.624	83.653	82.625	83.655
Total dos ativos circulantes		576.726	458.940	576.733	458.971
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Depósitos em garantia		38.678	33.803	38.678	33.803
Valores a receber de partes relacionadas		19.997	15.381	19.678	15.285
Direitos reembolsáveis arrendamentos		8.439	6.234	8.439	6.234
Outros ativos		59.734	59.018	59.734	59.018
Imobilizado e Intangível		95.100	63.766	95.147	63.827
Ativos de direito de uso arrendamentos		312.132	231.818	312.132	231.818
Total dos ativos não circulantes		534.080	410.020	533.808	409.985
TOTAL DOS ATIVOS		1.110.806	868.960	1.110.541	868.956
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Empréstimos e Debêntures		40.169	77.705	40.169	77.705
Fornecedores	7	216.260	201.533	216.273	201.563
Obrigações com arrendamentos		115.480	84.743	115.480	84.743
Salários, encargos e outros		85.739	73.722	86.190	74.028
Total dos passivos circulantes		457.648	437.703	458.112	438.039
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e Debêntures		274.359	153.974	274.359	153.974
Provisão para perda em investimento		726	338	-	
Provisão para custos de manutenção		47.384	23.243	47.384	23.243
Provisão para riscos		1.569	696	1.569	696
Obrigações com arrendamentos		252.794	207.412	252.794	207.412
Valores a pagar a partes relacionadas		808	2.429	808	2.429
Total dos passivos não circulantes		577.640	388.092	576.914	387.754
Total dos passivos		1.035.288	825.795	1.035.026	825.793
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		75.518	43.165	75.518	43.165
Participações de não controladores		-	-	(3)	(2)
Total do patrimônio líquido		75.518	43.165	75.515	43.163
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.110.806	868.960	1.110.541	868.956

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA		1.586.079	1.037.263	1.586.613	1.037.679
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(1.448.280)	(916.992)	(1.448.616)	(917.252)
RESULTADO BRUTO		137.799	120.271	137.997	120.427
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(43.942)	(48.813)	(44.110)	(48.929)
RESULTADO OPERACIONAL		93.857	71.458	93.887	71.498
RESULTADO FINANCEIRO	9	(93.214)	(73.050)	(93.245)	(73.089)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		643	(1.591)	642	(1.591)
Imposto de renda e contribuição social		0	(4.775)	0	(4.775)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		643	(6.365)	642	(6.366)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	643	(6.365)	642	(6.366)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	643	(6.365)	642	(6.366)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total atribuível aos acionistas da controladora	Participações de não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		241.397	(191.867)	49.530	(1)	49.529
Prejuízo do exercício		-	(6.365)	(6.365)	(1)	(6.365)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		241.397	(198.232)	43.165	(2)	43.163
Aumento do capital social		31.710	-	31.710		31.710
Lucro do exercício		-	643	643	(1)	642
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	8	273.107	(197.589)	75.518	(3)	75.515

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		259.038	211.059	259.350	211.015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aplicações financeiras		(2.394)	3.111	(2.394)	3.111
Aquisições de imobilizado e intangível		(45.885)	(19.402)	(45.885)	(19.402)
Partes relacionadas		(41.104)	(23.082)	(41.382)	(23.143)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(89.383)	(39.373)	(89.661)	(39.434)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de Capital		31.710	-	31.710	-
Captação, amortização e juros pagos de empréstimos		68.995	89.580	68.995	89.580
Pagamento de obrigações com arrendamento		(283.849)	(246.232)	(283.848)	(246.232)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(183.144)	(156.652)	(183.144)	(156.652)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(13.489)	15.034	(13.454)	14.929
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	67.538	52.504	67.567	52.638
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	54.050	67.538	54.113	67.567
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(13.488)	15.034	(13.454)	14.929

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais–R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A OMNI Táxi Aéreo S.A. ("Companhia" ou "OTA") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município do Rio de Janeiro, com seu escritório corporativo localizado na Avenida José Silva de Azevedo Neto, 200, Condomínio 02 Bloco 03 (Evolution IV), sala 403 e 404, Barra da Tijuca, que tem por objeto social o transporte aéreo público não regular de pessoas e/ou cargas, nas modalidades suplementar e Táxi Aéreo, incluindo os serviços de assistência aeromédica, transporte offshore, resgate de animais silvestres e patrulhamento ambiental; fretamento de aeronaves; ministrar cursos no âmbito do sistema de aviação civil, através de um centro de treinamento homologado; serviços aéreos especializados (SAE) nas modalidades de aeroinspeção e aerofotografia, bem como de operação com carga externa; operação de aeronaves não tripuladas remotamente pilotadas (RPA); serviços de manutenção de aeronaves; modificação e/ou reparos em aeronaves e seus respectivos acessórios; compra e venda, exportação e importação de peças, equipamentos e acessórios para aeronaves, podendo, ainda, participar em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou cotista, com prévia anuência da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, bem como realizar a atividade de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e realizar serviço aéreo de combate a incêndio; e, realizar serviços de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de aeronave e ambientes de trabalho. 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de sua controlada. 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada (Omni Escola de Aviação). O controle é obtido quando a Companhia: Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. b) Arrendamentos: Na determinação da taxa de desconto a Companhia utilizou a "yield" implícita nos contratos de arrendamento de aeronaves como a taxa de desconto mais adequada, uma vez que está taxa reflete o custo mais próximo destes passivos. Para os demais contratos de arrendamento a taxa utilizada foi a incremental, CDI acrescido do spread de crédito. Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é prontamente remensurado. Somente será revisada a taxa de desconto caso um novo contrato seja realizado. A Companhia amortiza o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo do arrendamento. A Companhia adotou a norma IFRS 16, equivalente ao CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 e usou o expediente prático que permitiu que a Companhia não aplicasse os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo uma despesa dearrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16. 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS: Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e depósitos bancários	16.454	24.776	16.455	24.805
Equivalente de Caixa (a)	37.596	42.762	37.596	42.762
	54.050	67.538	54.051	67.567

5. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Materiais componentes/salvatagem	17.812	16.443
Materiais consumíveis	34.880	28.258
(-) Provisão para Perda de Estoques	(1.100)	(1.300)
	51.592	43.401

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
IRPJ	50.925	16.860	50.929	16.860
CSLL	10.598	2.363	10.599	2.363
Outros	7.193	3.317	7.193	3.317
	68.716	22.540	68.721	22.540

7. FORNECEDORES

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Nacionais	64.441	50.848	64.454	50.878
Estrangeiros	151.819	150.685	151.819	150.685
	216.260	201.533	216.273	201.563

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está representado, conforme abaixo:

Acionistas	Ações totais	Valor total	Participação %
OMNI Helicopters International S.A.	190.727.648	186.189	69
OTA HOLD Brasil Participações Ltda.	86.918.286	86.918	31
	277.645.934	273.107	100

9. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Juros sobre aplicações financeiras	699	1.146	699	1.146
Juros sobre empréstimos e debêntures	(51.280)	(19.769)	(51.280)	(19.769)
Custos amortizados sobre empréstimos	(17.899)	(3.061)	(17.910)	(3.062)
Juros sobre arrendamentos	(28.287)	(24.735)	(28.287)	(24.735)
Variações cambiais, líquidas	5.396	(24.913)	5.396	(24.913)
Outras	(1.843)	(1.718)	(1.863)	(1.756)
	(93.214)	(73.050)	(93.245)	(73.089)

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 10.1. Gestão do Risco de capital: A política da Companhia tem por diretriz promover uma estrutura de capital que preserve a confiança do investidor, do credor e do mercado, bem como garantir a continuidade do negócio e o desenvolvimento de novas oportunidades. A Administração monitora o retorno sobre o capital empregue considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais e o nível de remuneração do capital dos acionistas. Neste sentido, a Administração tem por objetivo o equilíbrio entre o grau de alavancagem financeira, a necessidade de capital de giro e oportunidade de novos investimentos face as vantagens e segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.10.2. Categoria de instrumentos financeiros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a serem afetados de forma adversa por vários fatores de risco. Para conduzir com eficiência o processo de gestão de riscos dos seus negócios, a Companhia mantém constante mapeamento dos riscos com base na projeção de cenários e seus impactos nos resultados. Os principais riscos para a Companhia são i) risco de crédito e ii) risco de mercado. 11. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2023.

Roberto Márcio Coimbra - Diretor Presidente;
Janaína da Silva Loureiro - Diretora Administrativa e Financeira;
Adriana de SantAnna Pacheco - Contadora - CRC nº 087170/O-3-RJ

NOTA: As Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2022 completas encontram-se a disposição na sede da Omni Táxi Aéreo S.A.